

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DESIGUALDADE: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE THOMAS PIKETTY E DADOS DO IBGE

Alexandre Albuquerque Domingues¹

RESUMO: Este artigo reinterpreta as políticas públicas de qualificação de trabalhadores no Brasil à luz das ideias de Thomas Piketty sobre desigualdade econômica e acumulação de capital. A análise também é enriquecida com dados do IBGE, que ilustram a realidade do mercado de trabalho brasileiro e suas disparidades regionais e socioeconômicas. O estudo busca compreender como as políticas educacionais e de qualificação podem contribuir para a diminuição ou ampliação das desigualdades sociais. O artigo propõe que, sem uma estratégia fiscal progressiva e um redesenho das políticas de qualificação, o Brasil corre o risco de aprofundar a concentração de riqueza e a desigualdade no mercado de trabalho, fenômeno que Piketty descreve como uma dinâmica histórica de acumulação de capital.

Palavras-chave: desigualdade, qualificação profissional, políticas públicas, educação, mercado de trabalho.

Introdução

As políticas públicas voltadas à qualificação de trabalhadores no Brasil têm sido essenciais para o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Elas são responsáveis por promover a capacitação da força de trabalho, visando atender às novas exigências do mercado globalizado e, ao mesmo tempo, combater a desigualdade social histórica do país. No entanto, essas políticas podem, paradoxalmente, reproduzir ou até ampliar desigualdades preexistentes, uma questão central na obra de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*². Piketty argumenta que a desigualdade econômica não é uma fatalidade, mas sim um resultado de um sistema econômico que favorece a acumulação de capital, especialmente nas mãos de uma elite. Essa visão é crucial para compreender como as políticas de qualificação profissional podem ser tanto uma ferramenta para a inclusão quanto um mecanismo que perpetua a concentra-

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 27
MAIO DE 2025

¹ Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade Nove de Julho, especialização em Formação de Docentes para o Ensino Superior pela Universidade Nove de Julho e especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de São Paulo.

² Piketty, T. *O capital no século XXI*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ção de riqueza no Brasil.

A proposta deste artigo é explorar a relação entre as políticas públicas de qualificação profissional e as dinâmicas de desigualdade, usando como base os estudos de Piketty e dados fornecidos pelo IBGE. A análise vai além da simples capacitação, questionando como a qualificação oferecida pelo Estado conecta-se com as realidades do mercado de trabalho brasileiro e se contribui efetivamente para a redução da desigualdade.

O contexto histórico das políticas públicas de qualificação profissional no Brasil

O Brasil, ao longo de sua história, enfrentou enormes desafios para alinhar a educação e a qualificação profissional às necessidades do mercado de trabalho. Nos últimos 30 anos, as políticas públicas de qualificação profissional emergiram como resposta a esse hiato entre as demandas do setor produtivo e as competências oferecidas pelo sistema educacional. Desde a década de 1990, com a introdução de programas como o Programa Nacional de Educação Profissional (PNEP), a qualificação tornou-se uma prioridade no cenário político e econômico do país.³

A principal questão aqui é que, conforme Piketty argumenta, as políticas de qualificação no Brasil muitas vezes refletem as desigualdades preexistentes, uma vez que a educação e a qualificação, enquanto sistemas formais, tendem a beneficiar aqueles que já têm um certo capital cultural e econômico.⁴ As políticas de qualificação no Brasil frequentemente falham em alcançar as camadas mais pobres da população, ou, quando as alcançam, não oferecem uma educação que seja capaz de romper o ciclo de desigualdade estrutural que Piketty descreve.

No Brasil, apesar da expansão de programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que visaram ampliar o acesso à educação profissional, a implementação dessas políticas não tem sido suficiente para reduzir a desigualdade de forma eficaz. Dados do IBGE revelam que a disparidade entre as regiões Norte e Nordeste e o restante do país ainda persiste de forma acentuada, tanto no acesso à educação básica quanto à educação técnica.⁵ As desigualdades regionais, aliadas à exclusão social histórica de grupos como negros e indígenas, tornam a qualificação profissional um desafio ainda maior para a inclusão social e econômica.

3 IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A eficiência das políticas públicas de qualificação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

4 DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A qualificação profissional no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 2020.

5 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de analfabetismo e desigualdade regional no Brasil**. IBGE, 2020.

A desigualdade no mercado de trabalho brasileiro e o papel das centrais sindicais

O papel das centrais sindicais brasileiras, como a CUT, a Força Sindical e a CTB, tem sido crucial na luta por políticas públicas de qualificação que sejam mais inclusivas. No entanto, o Brasil apresenta um mercado de trabalho marcado por enormes desigualdades, como revelam os dados do IBGE. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desemprego entre negros e pardos, por exemplo, é mais do que o dobro da verificada entre os brancos.⁶ Essa disparidade reflete a desigualdade no acesso ao trabalho formal, especialmente entre os mais jovens e aqueles com menor nível de escolaridade.

O papel das centrais sindicais é central para a formação de políticas públicas que ajudem a reduzir essas desigualdades. Elas têm se empenhado em articular demandas por programas de qualificação que não apenas atendam às exigências do mercado de trabalho, mas que também promovam a inclusão de trabalhadores de todas as classes sociais e regiões. A CUT, por exemplo, publicou um estudo em 2020 destacando que, apesar dos avanços nos programas de qualificação, ainda existe uma lacuna significativa entre a formação oferecida e as reais necessidades do mercado.⁷

Em termos teóricos, as centrais sindicais podem ser vistas como agentes que, embora busquem a justiça social, operam dentro de um sistema econômico que favorece a acumulação de riqueza entre as classes mais privilegiadas. Segundo Piketty, sem uma intervenção no sistema fiscal e sem políticas que promovam a redistribuição de riqueza, as desigualdades estruturais continuaram a se reproduzir, independentemente da qualificação oferecida aos trabalhadores.⁸

Fontes de pesquisa e os desafios da análise das políticas públicas de qualificação

A pesquisa sobre políticas públicas de qualificação no Brasil enfrenta vários desafios, entre eles a falta de dados atualizados e a fragmentação das fontes de informação. O acesso a dados confiáveis é fundamental para uma análise eficaz das políticas públicas. Através de documentos governamentais e relatórios de execução de programas como o Pronatec, é possível avaliar o impacto das políticas de qualificação no mercado de trabalho. No entanto, a falta

6 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). IBGE, 2021.

7 CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Qualificação profissional e seus desafios no Brasil**. São Paulo: CUT, 2020.

8 UGT. União Geral dos Trabalhadores. **Educação profissional e inclusão social**. São Paulo: UGT, 2021.

de atualização contínua e a desarticulação entre as bases de dados dificultam uma avaliação precisa da eficácia dessas políticas.

O IBGE, por exemplo, oferece uma visão detalhada da estrutura do mercado de trabalho no Brasil, com dados que revelam as disparidades regionais e sociais no acesso à qualificação e ao emprego formal.⁹ Além disso, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) fornece dados sobre a educação profissional e técnica, essenciais para avaliar a relação entre a formação oferecida e as necessidades do mercado de trabalho.

Uma das questões principais destacadas por Piketty é que, para que as políticas de qualificação sejam realmente eficazes, elas precisam ser acompanhadas de uma reforma fiscal e de um sistema de redistribuição de riqueza que permita que todos os cidadãos tenham acesso equitativo às oportunidades educacionais e profissionais. Sem isso, a qualificação pode acabar apenas reforçando as desigualdades preexistentes, em vez de promover a mobilidade social.

Conclusão

O caminho para a inclusão e a redução das desigualdades, as políticas públicas de qualificação no Brasil são essenciais para o desenvolvimento econômico e a inclusão social. No entanto, a análise das políticas de qualificação revela que elas, muitas vezes, falham em atingir de forma eficaz as camadas mais pobres e marginalizadas da população, perpetuando as desigualdades que Piketty descreve. Para que as políticas de qualificação possam ser verdadeiramente eficazes na redução das desigualdades, é fundamental que sejam acompanhadas de uma reforma fiscal e de uma redistribuição de riqueza que permita a inclusão de todos os cidadãos no mercado de trabalho formal e qualificado.

De acordo com Piketty, a desigualdade não é um fenômeno inevitável, mas uma consequência da acumulação de capital e da falta de políticas redistributivas. O Brasil precisa repensar suas políticas de qualificação, adotando uma abordagem mais inclusiva e efetiva, que esteja integrada a uma reforma econômica mais ampla. Somente dessa forma será possível alcançar uma verdadeira redução das desigualdades e promover uma sociedade mais justa e igualitária.